

DESAFIOS POLÍTICOS, ETNOGRÁFICOS E CONCEITUAIS: UMA CONVERSA SOBRE E A PARTIR DO MINISTÉRIO FLORDELIS E SEUS CONGRESSOS¹

*POLITICAL, ETHNOGRAPHIC AND CONCEPTUAL CHALLENGES: A
CONVERSATION ON AND FROM THE FLORDELIS MINISTRY AND ITS
CONGRESSES*

Carly Barboza Machado²

Escrever um artigo sobre Flordelis após o assassinato de seu marido Anderson do Carmo, e todas as notícias e memes que fizeram seu nome, seu rosto e seu corpo circularem intensamente na cena pública brasileira não foi uma tarefa fácil. O tempo da pesquisa, da análise e da escrita acadêmica não é o mesmo das urgências dos acontecimentos e dos escândalos. Apesar de estar em campo desde 2016 no Congresso Internacional de Missões – CIM - eu ainda não havia sistematizado minhas discussões sobre este material em um artigo inteiro dedicado ao tema, exatamente pelo tempo da pesquisa, da análise e da escrita, indicados acima. Eu já havia me referido ao trabalho sobre o Ministério Flordelis em textos mais gerais (Machado, 2018), mas este é o primeiro artigo em que trato exclusivamente do assunto.

Além disso, essa não foi a primeira vez que meu campo de pesquisa esteve atravessado por um escândalo de repercussão nacional e enfeitado por notícias e memes. O mesmo já havia acontecido com o Pastor Marcos Pereira da Assembleia de Deus dos Últimos Dias, meu interesse de trabalho

¹ Como Citar: MACHADO, Carly Barboza. Desafios políticos, etnográficos, e conceituais: uma conversa sobre e a partir do Ministério Flordelis e seus Congressos. *Debates do NER*, Porto Alegre, v.2, n. 38, p. 115 –133, 2020.

² Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: machado.carly@gmail.com.

de 2010 a 2015³. Não penso que seja por acaso, nem uma maldição da pesquisadora, que nesses dois processos de pesquisa sobre a relação entre pentecostalismo, mídia e política no Rio de Janeiro, eu tenha me deparado com casos que chegaram a momentos tão graves de crise, judicialização e publicização midiática massiva de um evento, tratado como escândalo na cena pública. Pretendo pensar melhor sobre isso com calma, respeitando o tempo da pesquisa, e caso consiga efetivamente construir elementos para analisar estes processos, me comprometo a compartilhar as reflexões em outro texto.

Reconheço, no entanto, que outros tempos, que não só o da pesquisa, impactam nosso compromisso como pesquisadores do campo de religião e política na atualidade. Há uma urgência própria aos tempos que estamos vivendo que nos demandam, e por vezes exigem, respostas mais rápidas, posicionamentos que nos engajam em um debate público a partir do campo acadêmico, e para além dele. Assumo que essa urgência e exigência ainda me impõem mais desafios e dificuldades do que as estratégias que tenho para enfrentá-las.

Os comentários que recebi ao texto enviado para este número da Debates do NER me colocaram muitas questões, pegando ao texto (e a mim, é claro) por ângulos muito diferentes e absolutamente instigantes. Quero seguir com essa conversa, começando por destacar que todas e todos que se dedicaram generosa e atentamente ao tratamento do que tentei apresentar no texto, resistiram (bravamente, imagino) a formular reflexões partindo das tantas informações disponíveis na cena pública em reportagens e *memes*. Para além disso, percebo em alguns comentários que a tarefa de debater meu artigo fez com que minhas colegas e meus colegas deslizassem por esses materiais (vendo vídeos, lembrando de memes e notícias), o que para uma

³ Projeto "*Crime e religião: mediadores sociais do processo de pacificação na região metropolitana do Rio de Janeiro*" (Financiamento FAPERJ APQ1 - 2011). Sobre as pesquisas desenvolvidas no âmbito deste projeto, ver Birman e Machado (2012); Machado (2013) e Machado (2017).

pesquisadora interessada em mídia é um aspecto bem importante presente nas entrelinhas, ou interlúdios, de suas reflexões. Queria, portanto, começar agradecendo por me fazerem companhia por alguns dias neste campo no Ministério Flordelis e sua dimensão agonística, e por toparem entrar neste território também através de meus pensamentos que eu reconheço serem apenas mais uma entrada na trama hipermidiática que leva a esse Ministério.

Passo para a conversa mais direta com as questões suscitadas pelos comentários ao texto, dizendo que não estou aqui tentando fazer uma resposta ao que me foi apresentado, mas seguindo com a conversa. Ficaria feliz em dizer apenas “muito obrigada por lerem o texto e em muitos momentos desenvolverem análises tão melhores que as minhas”. Essa última parte é absolutamente sincera e aponta para o quanto temos a ganhar quando nos engajamos coletivamente em trabalhos de pesquisa. Somos muito melhores juntos, em diálogo, produzindo reflexões que em dada medida não são mais de uma autoria individual, e sim coletiva. Tenho plena certeza de que se compuséssemos um texto a 10 mãos sobre o Congresso Internacional de Missões e sobre o Ministério Flordelis a partir do que produzimos coletivamente aqui, teríamos um artigo absolutamente genial e infinitamente melhor. Esse é o espaço acadêmico no qual acredito: da troca, da vida coletiva e do se deixar afetar pelo outro, sendo esse nosso interlocutor de pesquisa ou colega pesquisador. Minhas colegas e meus colegas debatedores me encantaram com seus comentários. Abri vários sorrisos lendo cada um dos textos. Agradeço a elas e eles, e à revista Debates do NER, no nome de Eduardo Dullo, por essa oportunidade. Diga-se de passagem, a versão enviada para os comentários já conta com partes aprimoradas pela primeira leitura de Dullo, a quem agradeço também por isso.

FRONTEIRAS, DISPOSITIVOS, A *PISCADELA DE EXU* E A (IM) POSSIBILIDADE DO EMARANHADO COMO MÉTODO

O artigo apresentado à Debates do NER é resultado do trabalho etnográfico em um congresso pentecostal. Este congresso, como tentei argumentar, faz parte da dinâmica de um campo político que se organizou de 2016 a 2018 em torno da candidatura de Jair Bolsonaro e, em 2019, como base de seu governo. Algumas das questões que me foram colocadas neste debate dizem respeito ao fazer etnográfico e sua relação com a discussão macropolítica. O texto de Raquel Sant’Ana concentra-se no fazer etnográfico e propõe-se a algo que, visivelmente, eu mesma nunca sistematizei. Daí vem, usando os termos de Mariana Côrtes, pensando a partir de Agamben, minha *danação* e minha *glória*. E eu só posso agradecer por isso.

Sant’Ana toma a ideia de “emaranhado”, que uso repetidamente e a discute como um método, um modo de fazer etnografia. Ao fazer isso, Raquel ao mesmo tempo valoriza as consequências do “emaranhado como método” em minhas análises, e me coloca questionamentos fundamentais acerca de uma melhor sistematização do que eu faço quando tento pensar emaranhados. A provocação central de Raquel Sant’Ana é metodológica, com importantes consequências políticas, para um leitor atento. Enfrentar a questão metodológica e responder às suas perguntas, me exige explicitar o modo como penso a etnografia e opero com ela e, assim também, inevitavelmente, desencapsular pressupostos a respeito das categorias que uso para pensar a vida social, religião e a política.

Vou começar explicitando alguns dos enlaces e nós que estão presentes na minha formulação sobre *emaranhados*. Começo com Foucault (2000) e sua ideia de dispositivo. Termo de difícil tradução e ampla discussão (Deleuze, 1996 e Agamben, 2005), a ideia de dispositivo impõe um raciocínio e um olhar para a relação entre campos, saberes, práticas, discursos e instituições na produção de governos de si e governos de populações. Pensar a partir da ideia de dispositivo, e tomar como questão a noção de governamentalidade em Foucault, são elementos fundamentais do modo como abordo meus

problemas de pesquisa. Claro que há muito mais a ser dito sobre este ponto específico, mas queria dar outra lançada no pensar a ideia de emaranhado. Este tipo de abordagem está também presente nas discussões de Birgit Meyer sobre religião e mídia (2009). A expressão “*entangled*” é recorrente nos escritos de Meyer, indicando o desafio da tentativa de pensar de modo não instrumental a relação entre religião e mídia. Um dos esforços da autora para operacionalizar esse emaranhado é sua discussão da noção de *mediação* (abordada no comentário de Reinhardt, à qual voltarei mais adiante).

Dou aqui mais um enlace. Posso dizer que o movimento definitivo que me inspira a tentar fazer “emaranhado como etnografia” ou “etnografia como emaranhado” é a obra de Patricia Birman, e suas análises sobre as tramas do religioso e do secular. Uma das marcas da Antropologia feita por Birman é sua decisão política de não “limpar” as situações etnográficas, mas apresentá-las e tratá-las em sua complexidade. Os detalhes etnográficos que desarrumam as cenas são, em muitos casos, o ponto em que Birman instala sua análise. Este é o caso, por exemplo, da “piscadela de Exu” em seu texto “Feitiçarias, territórios e resistências marginais” (Birman, 2009) no qual o “detalhe” da cena é um articulador entre pentecostalismo, religiões afro brasileiras, periferias, política, violência, processos de subjetivação, governos de população, formação de fronteiras, redes e resistências.

No entanto, não me arrisco a tentar formular as questões sobre emaranhados como um método particular, que não a própria etnografia. Entendo, particularmente a partir de Birman, que abordar emaranhados é a base de todo fazer etnográfico e antropológico, e não um tipo específico de antropologia ou etnografia. Isso não implica que todo mundo precisa falar sobre tudo, mas que a descrição etnográfica pode ser construída como um conjunto amplo de elementos, mesmo que alguns não sejam o centro da análise, mas façam parte das nossas narrativas sobre as tramas do social e seus nós. Birman, para além disso, ao tratar seus dados etnográficos, se interessa pelas fronteiras, pelas encruzilhadas, pelos enlaces, pelos cruzamentos, pelas dobras. Este é um modo específico de abordar os emaranhados que eu, particularmente, admiro muito e que me serve de inspiração e orientação.

O comentário de Raquel Sant’Ana me faz retomar uma preocupação constante em minha produção analítica e textual: quando saber quantas voltas dar, e quando é hora de parar para que o emaranhado seja visível, sem embolar dados, autores e análises. Sempre me sinto insegura neste aspecto. E, por isso, as indicações críticas de Raquel Sant’Ana fazem muito sentido. Suas perguntas sobre *quem define o que é um evento*, ou *o que é um evento para aquelas pessoas* vão ressoar em mim em trabalhos futuros. Acho estas indagações absolutamente pertinentes. Certamente outros “eventos” podem ser indicados pelos próprios interlocutores do campo de pesquisa, principalmente eventos menos divulgados, espetacularizados, midiaticizados, e que, a partir destes, outras histórias podem ser contadas, tanto sobre outros acontecimentos específicos, quanto talvez redefinindo o próprio Congresso abordado neste artigo. Desde já posso dizer que o evento que fechou minha pesquisa sobre o Ministério Flordelis, no ano de 2019, foi absolutamente imprevisto: o enterro do Pastor Anderson do Carmo, no qual estive presente e que ainda não fui capaz de analisar.

Outra questão tratada por Raquel Sant’Ana diz respeito à *sistematização das fontes* da pesquisa. Considero a questão extremamente importante, sobretudo em tempos nos quais as etnografias são cada vez mais inescapável e ordinariamente realizadas como uma combinação entre relações e dados produzidos *sem e com* a mediação das tecnologias de comunicação e informação, especialmente dos meios digitais. Não estou tratando aqui de uma abordagem a partir da antropologia da mídia, ou de uma antropologia digital. Estou reforçando a ideia de que quase toda etnografia é, atualmente, mais abertamente uma antropologia também das mídias, dos meios e das mediações digitais. E acho importante que estas passem a compor mais explicitamente os dados descritos pelas etnografias, visto que, até onde tenho acompanhado, nos mais variados campos, as mediações digitais seguem ainda sendo ocultadas ou pelo menos encapsuladas nas descrições apresentadas.

Por fim, gostaria de tratar da questão colocada por Raquel Sant’Ana acerca dos tipos de *vínculos construídos* em uma etnografia de eventos e os “*feixes instáveis*” que caracterizam muitas das relações que se constituem

nessas situações. Cabe destacar que a tese de Sant'Ana (2017) sobre a Marcha para Jesus é, de meu ponto de vista, uma referência metodológica no tratamento do desafio de tecer relações no campo em eventos e, mais ainda, na qualificação das relações vividas nestes campos. Rememorando minha trajetória de pesquisa, percebo que venho pensando a partir de eventos desde minha tese de doutorado sobre o Movimento Raeliano (Machado, 2006) e de meus trabalhos sobre a Assembleia de Deus dos Últimos Dias (ADUD). Durante minha tese, frequentei pequenos eventos raelianos em alguns países da Europa e o Seminário Raeliano Europeu, de 2005, foi o evento aglutinador que deu sentido à escrita da tese, o qual é amplamente descrito no trabalho. Durante o campo na ADUD, além dos cultos regulares, dois eventos marcaram minha pesquisa etnográfica: a semana de atividades comemorativas do aniversário da igreja e as celebrações do aniversário do Pastor Marcos Pereira. Até aqui, nunca me dediquei a pensar sobre isso do ponto de vista das pesquisas antropológicas em eventos. Este artigo com foco no CIM foi o primeiro exercício nesta direção. Tenho ainda muito o que aprender.

FLORDELIS, BOLSONARISMO E NEOLIBERALISMO: ENLACES ENTRE A ETNOGRAFIA E A MACROPOLÍTICA

A etnografia do Congresso Internacional de Missões que apresento no artigo indica articulações entre a candidatura de Flordelis ao Congresso e o processo eleitoral que levou à eleição de Jair Bolsonaro em 2018. O texto de Gabriel Feltran me desafia a desenvolver uma discussão sobre esse espriamento do Ministério Flordelis. Enquanto analiso a expansão espaço-temporal do congresso, Feltran me interpela sobre as conexões *bottom-top* desse ministério e, para além de Flordelis, dos grupos evangélicos com o movimento totalitarista (nos termos de Feltran, 2020) encampado pelo Bolsonarismo hoje no Brasil e que, segundo o autor, se sustenta para além de Bolsonaro. Mariana Côrtes também traz para o debate perguntas acerca

da relação entre o que se apresenta na etnografia do Ministério Flordelis e a macropolítica global, dedicando-se a analisar, a partir de meu artigo, a íntima relação entre o cristianismo, em particular o pentecostalismo, e a “*genealogia da arte de governar liberal*”. Discutindo a relação entre evangélicos e política, tendo por base as análises do totalitarismo, a partir de Hannah Arendt, Feltran pensa os ministérios como projetos de *formação de comportamentos massificados*, formulando a ideia de uma “*antropofagia ministerial*” que “*deglute o que está em sua volta*”. Para o autor, os ministérios são projetos que culminam em programas eleitorais precisos e em “*controle dos meios de violência*”.

As questões que foram colocadas por Feltran me fizeram retomar um texto que escrevi esse ano para a Revista Dilemas sobre a ideia de “rebanho” (Machado, 2020). Nesse texto tento argumentar que a relação que se pres-supõe entre igrejas evangélicas e seus pastores é muito mais próxima dos recursos acusatórios acionados em determinados contextos nacionais, para se tratar da ação manipuladora das assim chamadas “seitas” sobre seus membros, do que das categorias analíticas que usamos para pensar os religiosos, seus pertencimentos institucionais, práticas e conflitos. Como explico naquele artigo, pesquisei em meu doutorado (Machado, 2006) um movimento religioso categorizado como “seita” na França, e sobre o qual recaía um conjunto de acusações de “lavagem cerebral” e “manipulação mental” (tema abordado por Birman, 1999). Essa é uma das categorias centrais das acusações sobre e, em última instância, do que propriamente define o “perigo das seitas” na França: grupos capazes de manipular mentalmente seus membros. Vale destacar, como lembro nesse texto, que, no contexto nacional francês, a Igreja Universal do Reino de Deus é frequentemente tratada e categorizada como “seita” (Machado, 2020).

Há algo no debate político contemporâneo no Brasil que situa as questões sobre a relação entre o campo evangélico e o Bolsonarismo próximas, por vezes, de uma leitura do pentecostalismo como “seita”, ou seja, como algo que se acusa de “manipular mentalmente” seus membros, formando comportamentos massificados por condicionamento comportamental.

Minha intenção aqui não é desviar da questão acerca da participação de campos políticos evangélicos no projeto bolsonarista, inclusive a etnografia do CIM tal qual apresentada busca qualificar as formas de ação política que compõem esse projeto, mas de apontar para a necessidade de qualificarmos uma análise do “religioso” ao pensarmos o tema dos projetos totalitaristas e, em particular, do chamado bolsonarismo.

Obviamente não sou capaz de enfrentar esta questão, nem nesta conversa, nem talvez em trabalhos futuros. Mas se Feltran me aponta a necessidade de “transitar das análises temáticas para as análises relacionais da política, se quisermos compreender minimamente o que se passa” no Brasil, gostaria de responder a esta provocação de duas formas: primeiramente dizendo que os estudos de religião não se resumem a uma área temática, mas são um campo indispensável tanto à análise das formações de estados nacionais ao redor do mundo, e do Estado brasileiro em particular, quanto a uma compreensão densa da cultura política no Brasil e dos modos de ação política que aqui se dão. Pensar a “genealogia da religião”, nos ensina Asad (1993), implica numa análise sobre o processo de produção das categoriais fundamentais das formações políticas nacionais, em termos históricos, sociológicos e culturais. Assim chego ao meu segundo ponto da resposta à provocação de Feltran, também articulado aos debates de Asad (2003), mas agora sobre o “secular”. A esfera política “secularizada” e o Estado “laico” que se pensa destacar do religioso ao denunciar a presença “antropofágica” dos ministérios evangélicos, já é uma resultante “mastigada” e devidamente “deglutida” da presença católica na formação do Estado e da nação no Brasil (Montero, 2006). Pensar o que está efetivamente acontecendo no projeto totalitarista em curso no país hoje colocando no centro exclusivamente a questão dos evangélicos, sem situar cuidadosamente a força política católica que se dá por dentro do Estado brasileiro, e fortemente no seio das Forças Armadas (Gonçalves, 2014 e Esperança, 2017), é descartar um elemento a meu ver igualmente fundamental à análise.

Mariana Côrtes, nos comentários aqui apresentados, também formula questões pertinentes às relações entre micro e macropolítica, propondo-se

a incorporar minhas análises sobre o CIM e o Ministério Flordelis às suas reflexões a respeito da “genealogia da arte de governar liberal” e sua relação com o pentecostalismo. Pensando a partir de Agamben, em “O Reino e a Glória”, Côrtes se dedica à questão da política priorizando sua dimensão gerencial: antes a polícia, o ministro, o anjo e o governo, “ou seja, a máquina governamental que eles formam e mantêm em movimento” (Agamben, apud Côrtes, neste comentário), do que a lei, o rei, Deus e a soberania.

Enquanto Feltran aponta para a urgência de tratarmos da questão da constituição de forças políticas a partir de *comportamentos massificados* vinculados a projetos totalitários, Côrtes analisa com aguda percepção a questão da *agência dos governados* em Ministérios como o de Flordelis, tomada como aspecto imprescindível da forma de governo liberal na qual governados são ao mesmo tempo sujeitos e objetos dessa condução. A resultante da combinação entre as questões de Feltran e Côrtes não é simples. Fazer campo no Congresso Internacional de Missões e no Ministério Flordelis, nos anos de 2016 a 2018, foi uma experiência ambivalente, na qual era possível ver aspectos da potência criativa do pentecostalismo nas periferias do Rio de Janeiro (dimensão sempre presente nas reflexões de Côrtes acerca deste campo religioso), ao mesmo tempo em que acompanhava a decomposição (ou *deglutição*, nos termos de Feltran) destas formas criativas de ação política no âmbito do campo eleitoral de Bolsonaro, e de movimentos totalitaristas.

Falar em “ambivalências” se torna então uma forma não apenas de descrever a conjugação de paradoxos na cena pentecostal de ministérios, mas de pensar e tratar sua relação com a política. Côrtes, em seu comentário, retoma Bourdieu para falar sobre percursos *mancos, bastardos e ambíguos*, e assim pensar sobre o pentecostalismo no contexto neoliberal. A autora descreve a experiência de Flordelis como uma “experiência ambivalente de quem habita um espaço liminar entre a desgraça e o livramento”. Essa tensão me interessa e agradeço à Mariana Côrtes pelo modo como ela a tratou em seus comentários. Somada à discussão sobre “emaranhados” proposta por Raquel Sant’Ana, consigo localizar meus interesses de pesquisa e análise

sobre o campo da relação entre pentecostalismo, mídia e política no Brasil contemporâneo exatamente nesta tensão.

Interesso-me assim por uma etnografia “manca, bastarda e ambígua”, e não apenas sobre “mancos, bastardos e ambíguos”, pois acho que essa condição *manca* pode ser produtiva ao apresentar tensões que resultam também em *inconclusões*, em análises sobre *instabilidades*, *provisoriedades*, *assombros*, *movimentos*, *transformações*, todos termos usados por Sant’Ana. Estes mesmos termos podem ser tomados como elogios ou críticas a esse tipo de empreendimento etnográfico. Mas, por enquanto, topo esse risco.

DILEMAS, RISCOS, DRAMAS E GLÓRIAS DO PENTECOSTALISMO

Bruno Reinhardt em seu estimulante comentário me convida a pensar o Ministério Flordelis a partir do tema da glória e, assim como Côtres, retoma Agamben. A primeira certeza que tive ao ler Côtres e Reinhardt foi a de que não pensar o Ministério Flordelis a partir da obra “O Reino e a Glória”, de Agamben, foi uma falha imperdoável de minha abordagem, que faço questão de aqui destacar.

Enquanto o foco de Côtres se deu sobre o “reino”, o *governo*, o de Reinhardt se coloca sobre a “glória”, e como essa faz o reino. A partir de sua abordagem já consolidada sobre a “vida de homens e mulheres de Deus”, ou seja, sobre a vocação ministerial no pentecostalismo (Reinhardt, 2017), Bruno Reinhardt destacou aspectos muito interessantes da carreira pastoral de Flordelis: o pastorado como “profissão de risco”, as questões relativas à influência e ao prestígio na carreira pastoral, seus dilemas éticos, o espírito do orgulho, o perigo do contato com o dinheiro, a necessidade de uma cobertura espiritual, tudo isso como parte do trabalho ministerial, e elementos operados internamente nessas carreiras, seus dilemas e desafios. “Ministros também precisam de um ferramental ético que os prepare para os riscos da glória”, afirma Reinhardt.

Muitas carreiras pastorais têm sido tomadas como “farsas” no debate público. Reinhardt nos coloca o desafio de pensarmos essa problemática por dentro do trabalho ministerial pentecostal e seu próprio tratamento sobre os *riscos da glória*. Sua experiência etnográfica acompanhando líderes pentecostais e sua formação pastoral alimenta sua discussão. Nunca fiz etnografia lado a lado dos ministros e líderes dos grupos religiosos que pesquisei. Mas posso dizer que, em todos os casos, ao ouvi-los falando às suas audiências, e vivenciando a repercussão de suas ações em momentos de crise junto aos seus públicos (nas igrejas e para além delas), foi possível acompanhar um intenso e complicado trabalho de discussão ética que se desenrola em situações de crises e escândalos. São muitas as críticas, as análises, os julgamentos, os debates acerca do certo e do errado em cada situação, as desconfianças, as compreensões, e as incompreensões. São muitos os textos bíblicos para entender, aprovar ou desaprovar práticas de líderes em contextos religiosos. Há muitas desconfianças e muitos “poréns” que vêm à tona quando uma crise se abre. São geralmente momentos de rupturas, esvaziamentos, e mesmo junto aos que ficam, o terreno de continuidade é outro. Muitas reparações são operadas, perdões negociados, e acordos reestabelecidos, ou não.

Certamente há aqui um delicado trabalho etnográfico a ser feito, ao qual nunca me dediquei. Retomando os termos do meu artigo, esta seria uma etnografia do suplício e, mais ainda, do que se constrói após o suplício, e com base nele. Após os grandes escândalos que atingiram os ministérios que pesquisei nos últimos anos, tendi a me afastar gradativamente por diferentes motivos. Considero aqui que perdi importantes oportunidades de pesquisa sobre os manejos éticos internos aos campos pentecostais em momentos de crise e escândalos, tal como apontado por Reinhardt. Um tratamento delicado deste tema, no caso Flordelis, seria ainda um fabuloso exercício para se pensar as crises de campos religiosos e políticos simultaneamente. Não resisto dizer que, mesmo em contextos nos quais os campos políticos são tomados como seculares, etnografias após os suplícios nos ajudariam muito a entender o manejo ético de diferentes campos, suas reparações, rupturas, perdões e negociações.

Além de tratar da glória no drama da vocação ministerial, Reinhardt aborda a relação entre glória e reino, glória e governo. “De que maneira a liturgia faz o poder?”, essa é a citação destacada por Reinhardt do texto de Agambem e, em seus termos, Bruno convida-nos a pensar “como o circuito assimétrico da glória anima o vínculo político, econômico e estético entre o Reino transcendente (fonte da soberania) e o Governo imanente na teologia política e econômica do cristianismo” (Reinhardt, em seu comentário). Neste ponto, ele me oferece duas ótimas ideias que carregam dois fecundos problemas para uma crítica das análises que desenvolvi no artigo “Fazendo política em outros Congressos”.

Reinhardt diz, em seu comentário, que meu artigo destaca dois importantes componentes da “máquina de glória pentecostal”: sua natureza *laminada* e *mediatizada*. Sobre a natureza laminada, o autor aponta um bom rendimento do conceito de escala que “nos permite abordar a agência deste sujeito de forma laminada, movimentando e tecendo redes de lealdade mais ou menos intensas, em diversos planos, e de forma performativa ao longo de sua circulação física e midiática”. Agradeço por este fino comentário. Em relação com a ideia de escalas, Reinhardt me questiona sobre o uso do conceito de periferia, a tensão deste com o conceito de escalas, e o risco de se reificar a experiência periférica.

A categoria “periferia” e o adjetivo “periférico/periférica” são indiscutivelmente termos de complicada definição e controversos sobre seus usos, e os efeitos de seus usos. Sua reificação é sem dúvida o principal efeito deletério da ideia de periferia. Seu melhor rendimento, no entanto, a meu ver, é a delimitação de um campo do qual se fala e, em alguns casos, a partir do qual se fala. Estudos sobre “periferias urbanas” no Brasil foram fundamentais para me ajudar a pensar o pentecostalismo. Falo aqui muito pessoalmente sobre interlocutores com os quais, em diferentes encontros e conversas, pude pensar melhor sobre o pentecostalismo a partir das periferias urbanas

no Brasil⁴. Para todas estas parcerias de trabalho, o conceito de “periferia” é sempre tomado como problema, e isso é explicitado. Eu deveria ter feito o mesmo em meu texto. Mas volto a dizer que uma parte fundamental de minhas discussões só é possível por causa destas interlocuções que não se restringem a um campo de estudos sobre o urbano e sua literatura, mas às pesquisas e questões nomeadas particularmente a partir da ideia de “periferias urbanas” e seus problemas. Em minha frágil defesa, todas as categorias são problemáticas, inclusive a de religião e de pentecostalismo. Nossa tarefa é cuidar de como operamos com elas, e a este problema tentarei estar mais atenta.

Sobre a natureza *mediatizada* das práticas pentecostais que analiso a partir do Ministério Flordelis e o Congresso Internacional de Missões, Reinhardt retoma a questão das escalas para me convidar a uma reflexão acerca dos trabalhos de Birgit Meyer sobre mídia e mediação religiosa. Em seu artigo de 2020 intitulado “Desagregando a mediação: tecnologias e atmosferas religiosas”, Reinhardt explora com muita acuidade o debate sobre a ideia de mediação, outro conceito que, tal como o de “periferia”, sempre foi tratado como um conceito problema, ao mesmo tempo em que é também bom para suscitar problemas de pesquisa. Reinhardt, em seu texto publicado na revista *Mana* (2020), oferece outros caminhos através dos quais se pensar a relação entre religião e mídia: *virtualidade, possibilidades de ação (affordances) e afinamento atmosférico*.

Reinhardt foi cirúrgico em identificar que não opero com a ideia de mediação integralmente nos mesmos termos de Birgit Meyer. Há sim questões sobre *escalas, territórios, poder* (todas identificadas por Reinhardt) que tensionam minhas análises com alguns efeitos da ideia de mediação tal qual formulada e agenciada na obra de Meyer. Nos agradecimentos de seu livro publicado em 2017, Martijn Oosterbaan, um dos alunos de Meyer, hoje professor na Universidade de Utrecht, refere-se à “família extensa”

⁴ Cunha e Feltran (2013); Birman, Leite, Machado e Carneiro (2015); Rui, Matinez e Feltran (2016); Barros, Da'l Bó da Costa e Rizek (2018).

do Pioner Project (Pioner Project in Mass Media and the Imagination of Religious Communities – conduzido por Birgit Meyer na Universidade de Amsterdam, e finalizado em 2006). Gosto dessa ideia de “família extensa” escolhida por Oosterbaan, pois nos ajuda a pensar sobre filiações e distanciamentos. No conjunto dessa família extensa, na qual me incluo pelas bordas, já se produziu muito a partir das ideias de Birgit nos mais de 15 anos que se passaram desde nosso encontro em Amsterdam, tanto em consonância como em dissonância com o coração dos seus argumentos. Ela mesma já transitou por diferentes caminhos para tratar de seus interesses de pesquisa. Minhas atuais interlocuções mais diretas com o trabalho de Oosterbaan apontam na direção de nossos tensionamentos em torno das ideias de território e poder no âmbito da obra de Meyer, já que ambos adicionamos ao debate de religião e mídia, as temáticas do governo de populações e da violência urbana. Oosterbaan explicita em alguns momentos de sua obra seu diálogo e crítica às categorias mobilizadas por Meyer. Talvez eu deva fazer o mesmo, mas até o momento sigo ressoando as inspirações produzidas pela categoria de mediação, elaborada por Birgit, clivando-a com autores como Oosterbaan e outros que me ajudam a fazer as passagens reflexivas e teóricas que surgem de meus esforços de pesquisa.

NOTAS PARA LEMBRAR EM NOSSAS PRÓXIMAS CONVERSAS

Como disse no início desta resposta, a experiência de ler os comentários sobre meu artigo “Fazendo política em outros Congressos: tramas religiosas e práticas midiáticas e a estética da política nas periferias urbanas do Rio de Janeiro” confirmou a importância e a riqueza do trabalho coletivo. Saio dessa experiência com a profunda convicção de que temos que enfrentar juntos o ofício de pensarmos sobre o pentecostalismo no Brasil contemporâneo, já fica aqui meu mais sincero convite para esta tarefa.

Gostaria de ouvir mais sobre alguns temas que não foram tomados como centrais nos comentários que me foram oferecidos, tal como a questão

da estética da política e a música gospel, tão centrais em minha análise do Congresso Internacional de Missões e do Ministério Flordelis. Sigo interessada nas imbricadas relações éticas, estéticas e ordinárias entre música gospel e experiência política, e espero poder conversar sobre este tema em outras oportunidades.

Outro ponto que ainda me interessa tratar mais e melhor, dada a urgência dos tempos atuais, é a questão das *mídias sociais*. Desde as eleições de 2018 no Brasil, e ainda mais acentuadamente em 2020, durante a pandemia do novo coronavírus, outra escala de acontecimentos, experiências, experimentações e conflitos religiosos e políticos tomou conta das mídias sociais: *Whatsapp, Facebook, Youtube, Instagram, Twitter* e outros. O caso Flordelis ocupou e ainda ocupa intensamente esses espaços. E esses “espaços” em 2020 ocuparam muito de nossas vidas. Sinto-me profundamente inquietada por esta questão que, a meu ver, tem fortes impactos em nosso fazer etnográfico, em nossas análises e em alguns conceitos clássicos de nossa prática como cientistas sociais, tais como sociedade, cultura, religião, política, entre outros. Há muito material interessante sendo produzido pelos estudos de comunicação, ciências da informação, pela antropologia digital, e o que proponho aqui é que considero urgente integrar essas reflexões ao amplo campo de questões antropológicas, independentes de suas fissuras temáticas, para re-situarmos e requalificarmos o amplo conjunto de nosso fazer antropológico.

Por fim, agradeço a leitura atenta de todas e todos envolvidos nesse processo. Adoraria saber dos comentadores e de todos os leitores, o que pensaram a partir, também, desta resposta aos debatedores. Reforço aqui a particularidade desse perfil da Revista Debates do NER e a importância de preservarmos no campo das publicações acadêmicas revistas com propostas editoriais diversificadas e inspiradoras como essa. Em tempos de intensa padronização e definição de parâmetros e métricas para as revistas acadêmicas, que acabam por limitar nossas possibilidades inventivas e mesmo inviabilizar nossa existência fora das padronizações, a Revista Debates do NER nos provoca a insistir e investir em modelos criativos e inventivos de manutenção e cultivo do diálogo acadêmico. Fica aqui registrado meu

agradecimento de poder fazer parte desse consolidado e bem sucedido experimento que se atualiza em cada número desta Revista.

REFERÊNCIAS

- Agamben, Giorgio. *O que é um dispositivo? Outra travessia*. Ilha de Santa Catarina – Segundo Semestre de 2005.
- ASAD, Talal. "Genealogies of Religion: Discipline and Reasons of Power". In: *Christianity and Islam*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press. 1993.
- ASAD, Talal. *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. California. Stanford University Press. 2003.
- BARROS, Joana; DAL'BÓ DA COSTA, André; RIZEK, Cibele (org.) *Os limites da acumulação, movimentos e resistências nos territórios*. São Carlos: IAU/USP, 2018
- BIRMAN, Patricia. Feitiçarias, territórios e resistências marginais. *Mana*, 15(2), 2009, pp. 321-348.
- BIRMAN, Patricia. Entre França e Brasil: viagens antropológicas em um campo (religioso) minado. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, 1999, p. 35-60.
- BIRMAN, Patrícia; MACHADO, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v.27, 2012, p.55 - 69.
- BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra (org.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.
- CUNHA, Neiva; FELTRAN, Gabriel (org.). *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Ed. Lamparina, 2013.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, G. *O mistério de Ariana* (pp. 83-96). Lisboa: Vega. 1996.

ESPERANÇA, Vinícius. *O foco de todo mal*. Rio de Janeiro: Ed. Luminária Acadêmica. 2017.

FELTRAN, Gabriel. Formas elementares da vida política: sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-). *Novos Estudos CEBRAP – Debates*. 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GONÇALVES, Vinícius. *A cruz e a espada: disputas e negociações pela pacificação de indivíduos, nações e cidades*. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

MACHADO, Carly. *Imagine se tudo isso for verdade: O movimento Raeliano entre verdades, ficções e religiões da modernidade*. Tese (doutorado), PPCIS, Uerj, 2006.

MACHADO, Carly. (Inter)faces da relação entre projetos evangélicos e as periferias urbanas fluminenses. Em: BARROS, Joana, DAL'BÓ DA COSTA, André; RIZEK, Cibele (org.) *Os limites da acumulação, movimentos e resistências nos territórios*. São Carlos: IAU/USP, 2018.

MACHADO, Carly. 'É muita mistura': projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião e Sociedade*, v.33, p.13 - 36, 2013

MACHADO, Carly. The church helps the UPP, the UPP helps the church: pacification apparatus, religion and boundary formation in Rio de Janeiro's urban peripheries. *VIBRANT (FLORIANÓPOLIS)*, v.14, 2017, p.75 - 90..

MACHADO, Carly. Rebanho de quem? Sobre religião, contágio e ideias que viralizam em tempos de pandemia. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro - Reflexões na Pandemia 2020, 2020, pp. 1 – 14.

MEYER, Birgit. *Aesthetic formations: media, religion, and the senses*. Nova York, Pal-grave Macmillan. 2009.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, (74), 2006, pp. 47-65.

OOSTERBAAN, Martijn. *Transmitting the Spirit: religious conversion, media and urban violence in Rio de Janeiro*. The Pennsylvania State University Press, 2017.

REINHARDT, Bruno. Desagregando a mediação: tecnologias e atmosferas religiosas. *Mana*, 26(2), e262203. Epub 07 de setembro de 2020.

REINHARDT, Bruno. The Pedagogies of Preaching: skill, performance and charisma in a Pentecostal Bible School from Ghana. *Journal of Religion in Africa* 47, 2017, pp. 72-107.

RUI, Taniele; MATINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (org). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos, EdUFSCAR, 2016.

SANT'ANA, Raquel. *A Nação cujo Deus é o Senhor: a imaginação de uma coletividade "evangélica" a partir da Marcha para Jesus*. Tese (doutorado em antropologia social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Recebido em: 08/11/2020

Aprovado em: 08/11/2020

DOSSIÊ TEMÁTICO

